



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 017/2025 - CPC/SESAPI (ATUALIZADO)

Processo nº 00012.023775/2024-08

O Estado do Piauí, através da **Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI)**, por intermédio da **Comissão Permanente de Credenciamento (CPC)**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo de **Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s), especializada(s) na Prestação de Serviço em Locação de Equipamentos Médico-Hospitalares**, para apoio na realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência, incluindo a disponibilização de aparelhos e insumos, em conformidade com o inciso IV do artigo 74 c/c inciso I do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021, com o decreto estadual nº 21.872/2023 e nos termos e condições estabelecidos deste Edital e seus anexos, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o **Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s), especializada(s) na Prestação de Serviço em Locação de Equipamentos Médico-Hospitalares** para apoio na realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência, incluindo a disponibilização de aparelhos e insumos, para atender a demanda da SESAPI, de acordo com a organização e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

1.2. Com o objetivo de garantir atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, o **Edital 017/2025** permite a realização de alterações e inclusões de itens no anexo A do Termo de Referência mantendo a caracterização geral do objeto. As versões atualizadas serão publicadas no sistema de Credenciamento da Saúde - [CredSUS](#), assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

2. DO ACESSO AO CREDENCIAMENTO

2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todas as pessoas jurídicas que executem o objeto deste Edital, desde que atendidos os requisitos definidos neste instrumento convocatório;

2.2. **Os interessados deverão solicitar o seu credenciamento através do sistema eletrônico CredSUS, no site eletrônico credsus.saude.pi.gov.br, anexar a documentação exigida a partir do dia 20/01/2025;**

2.3. Cada documento do credenciamento deverá ter no máximo até 20 MB de tamanho e formato em PDF pesquisável.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos;

3.2. Os interessados em eventuais esclarecimentos ou impugnações devem ser dirigidos à Comissão Permanente de Credenciamento, no protocolo da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, situada na avenida Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, bloco A, térreo, ou **preferencialmente via e-mail credenciamento@saude.pi.gov.br**;

3.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

3.4. Dos atos da Comissão Permanente de Credenciamento caberá recurso, devendo ser protocolado nos endereços fixados no item 3.2 deste edital abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis, para a apresentação das suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, cabendo igual prazo para apresentação de contrarrazões pelos interessados;

3.5. Caberá à Comissão Permanente de Credenciamento decidir sobre as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis;

3.6. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo participante importará na decadência do direito de recurso;

3.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a Comissão Permanente de Credenciamento ratificará sua decisão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A pessoa jurídica interessada em se inscrever neste processo de Credenciamento - **Edital 017/2025**, deverá apresentar ou enviar os documentos elencados no **Item 10 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital**, apresentando ou encaminhando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas em cartório ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição, por servidor público com o encargo de recebê-los, no endereço previsto no item 2.2 deste Edital;

4.2. **O presente Edital ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados, enquanto estiver vigente o Credenciamento, em conformidade com o inciso III, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.**

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão habilitar-se ao Credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação cuja documentação satisfizer as exigências e condições constantes deste Edital, e que aceitem as normas estabelecidas pela SESAPI;

5.2. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados:

5.2.1. Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.2.2. Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Estado do Piauí e com a SESAPI, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.4. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Estado do Piauí, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.5. Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021, observada a exceção prevista no seu § 2º;

5.2.6. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Credenciamento;

5.2.7. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

5.2.8. Em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços serão remunerados de acordos com a Tabela de Preços SESAPI, constante no item 2 no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, levando em conta os parâmetros técnicos definidos pelo termo de referência, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

6.2. Para fins orçamentários, a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí estima o valor anual de **R\$ 15.063.401,28 (quinze milhões, sessenta e três mil quatrocentos e um reais e vinte oito centavos)**.

7. DO REAJUSTAMENTO

7.1. Os preços fixados no item 2 do Termo de Referência- Anexo I deste Edital de Credenciamento poderão ser reajustados anualmente a partir da publicação do Edital de Credenciamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA-E), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021;

7.2. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às credenciadas, em caso de redução.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO

8.1. Para fins de habilitação/credenciamento, serão exigidos os documentos indicados no **Item 10 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital**, em conformidade com os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as declarações previstas nos anexos deste Edital.

9. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela **Comissão Permanente de Credenciamento, com Pareceres Técnicos dos Coordenadores Técnicos da Superintendência demandante**;

9.2. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para **prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**;

9.3. A apreciação da Comissão consistirá no exame da conformidade da documentação apresentada pelo interessado com o exigido neste Edital;

9.4. A validade de certidões obtidas na internet será confirmada pela Comissão por ocasião da apreciação do pedido de credenciamento;

9.5. A Comissão realizará buscas, inclusive em sites de órgãos oficiais, a fim de confirmar que o interessado não se enquadra em alguma das situações que impossibilitam a contratação;

9.6. Salvo situação excepcional, devidamente justificada, é de cinco dias úteis, contados da apresentação do requerimento, o prazo de que dispõe a Comissão Permanente de Credenciamento para comunicar o interessado acerca do acolhimento ou rejeição do pedido de credenciamento;

9.7. Nos casos de rejeição do pedido de credenciamento, a Comissão Permanente de Credenciamento exporá os motivos pertinentes;

9.8. O postulante que teve seu pedido rejeitado poderá corrigir erros ou suprir omissões que levaram ao indeferimento, inclusive mediante a apresentação de documentos, e deverá fazê-lo por meio de novo requerimento;

9.9. Todos os interessados que satisfizerem os requisitos deste Edital serão credenciados.

10. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

10.1. Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, a SESAPI divulgará o resultado, com a lista de credenciados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí, sítio eletrônico oficial (<http://www.saude.pi.gov.br/credenciamento>), sítio eletrônico do [Tribunal de Contas do Estado do Piauí](https://tribunal.tce.pi.gov.br/muralic/) (<https://tribunal.tce.pi.gov.br/muralic/>) e no sistema [CredSUS](https://credsus.saude.pi.gov.br/) (<https://credsus.saude.pi.gov.br/>);

10.2. A lista será atualizada à medida que novos interessados forem considerados aptos para credenciamento.

11. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. As eventuais contratações decorrentes deste Credenciamento serão instruídas conforme o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, visando à realização de processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por fundamento o inciso IV do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021. Este artigo especifica claramente a inexigibilidade de licitação para objetos que podem ser contratados através do Credenciamento. Nesse sentido, destaca-se o interesse da administração em garantir a participação do maior número possível de empresas executem os serviços especializados em questão, bem como não haverá divergência de valores. Nesse sentido, o art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, prever que o credenciamento poderá ser usado nas situações de hipóteses de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

12. DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO

12.1. O prazo de vigência do credenciamento será de até 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, sendo possível o cadastramento de novos interessados durante esse período, em conformidade com o art.79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que prevê: "I - a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados".

13. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CREDsus

Conforme item 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

14. DA ASSINATURA

14.1. As contratações decorrentes deste Credenciamento serão formalizadas por meio de Termo de Contrato, em conformidade com o inciso II do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. As assinaturas do termo de contrato se dará **via sistema eletrônico CredSUS. Prevalecerão as disposições deste Edital, publicado no endereço eletrônico credsus.saude.pi.gov.br/**;

14.3. Até a data da assinatura do termo de contrato, poderá ser eliminada do credenciamento qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação técnica, econômico-financeira ou fiscal tenha se alterado passando assim a ficar em situação irregular;

14.4. Ocorrendo o descumprimento do prazo de assinatura do termo de contrato a empresa poderá ser descredenciada.

15. DO RECEBIMENTO, DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Conforme item 8 e 9 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

16. DO PAGAMENTO

Conforme item 19 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme item 21 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DO DESCREDENCIAMENTO

Conforme item 20 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**19.1.** Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;
Anexo II - Modelo de Habilitação;
Anexo III - Formulário para Pedido de Credenciamento;
Anexo IV - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;
Anexo V - Modelo de Declaração de Aceitação dos Valores da Tabela de Preços SESAPI;
Anexo VI - Declaração de Idoneidade para contratar com a Administração Pública;
Anexo VII - Matriz de Risco.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Credenciamento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Teresina-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos
Secretário de Estado da Saúde do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade**, em 28/03/2025, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 28/03/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **017355321** e o código CRC **97EAD1F1**.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.023775/2024-08

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas para **Prestação de Serviços em Locação de Equipamentos Médico-Hospitalares** para apoio na realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência, incluindo a disponibilização de aparelhos e insumos necessários, para atender as necessidades dos Estabelecimentos de Assistência à Saúde do Estado do Piauí, observando as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seu anexo A.

1.2. Com o objetivo de garantir atualização e adequação às exigências e inovações técnicas, este Termo de Referência permite a realização de alterações e inclusões de itens em seu Anexo A, mantendo a caracterização geral do objeto. As versões atualizadas serão publicadas no portal oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e no sistema de Credenciamento da Saúde-CREDSUS, assegurando transparência e acesso à informação. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

2. DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E VALORES

2.1. O valor referente à locação dos equipamentos será calculado em conformidade ao valor de aquisição do mesmo referenciado pela Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis (RENEM) e disponibilizado e organizado pelo Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Financiáveis para o SUS (SIGEM) que é uma plataforma vinculada ao Ministério da Saúde. O SIGEM lista os itens considerados essenciais para as atividades assistenciais, diagnósticas e terapêuticas no sistema de saúde pública brasileiro, se consolidando como uma gestão eletrônica destinada a processos administrativos ou operacionais no âmbito do Ministério da Saúde.

2.2. Desde 2015 as especificações e preços sugeridos no sistema [SIGEM/RENEM](#) passaram a ser obtidos por meio de pesquisas mercadológicas e orçamentos enviados pelas empresas participantes do Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) e pelas instituições de saúde.

2.3. A precificação da locação mensal do equipamento deve ter como base o cálculo listado abaixo:

$$\text{VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO} = \frac{(\text{VALOR DE AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO NO SIGEM/RENEM}) \times (0,9^{\text{IDADE DO EQUIPAMENTO EM ANOS}})}{24}$$

2.3.1. Essa precificação considera a depreciação dos equipamentos ao decorrer dos anos, o que é estabelecido pelo fator exponencial "IDADE DO EQUIPAMENTO EM ANOS" e se baseia em um período de 24 (vinte e quatro) meses de *payback* do investimento inicial.

2.4. Este método de precificação foi utilizado na elaboração da estimativa do valor global da contratação (ID 016775007), considerando a locação de um equipamento novo, totalizando **R\$ 15.063.401,28 (quinze milhões, sessenta e três mil quatrocentos e um reais e vinte e oito centavos)**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo que visa o Credenciamento para contratação de **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS** para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde do Piauí, encontra-se pormenorizada no Documento de Formalização da Demanda (ID SEI 013933447).

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI) possui a missão de promover ações e serviços de saúde para garantir atenção integral à população, com foco em uma gestão eficiente dos recursos e desenvolvimento regional em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), além de valorizar o controle social. Diante disso, a contratação de serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares para a rede de saúde estadual visa assegurar que as unidades hospitalares tenham à disposição recursos essenciais para a realização de procedimentos de urgência, emergência e eletivos.

4.2. A carência de equipamentos adequados ou sua indisponibilidade em momentos críticos pode comprometer o atendimento eficiente e seguro dos pacientes, gerando impactos diretos na qualidade dos serviços prestados. A locação de tais equipamentos, de forma ágil e contínua, permite suprir essas necessidades, promovendo o atendimento mais rápido e eficiente das demandas assistenciais.

4.3. Com isso, a SESAPI, enquanto responsável pela gestão e pela administração dos hospitais e unidades de saúde espalhadas pelo estado, busca garantir uma estrutura resolutiva, capaz de atender às demandas de saúde da população piauiense, reforçando a capacidade de resposta e a continuidade dos cuidados em toda a rede estadual de saúde.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**5.1. Sustentabilidade**

5.1.1. As contratações decorrentes deste procedimento devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações da contratada e/ou no Edital ou em requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de 2021.

5.1.2. Nos termos inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre que possível e, no que couber, deve ser dada prioridade nas aquisições e contratações governamentais aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, na forma indicada neste Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

6. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento será adotado em razão da CREDENCIANTE ter por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores, através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de credenciamento proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento.

6.2. **O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos art. 74, IV e art. 79, I da lei nº 14.133/2021.**

6.3. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

6.4. A partir desta definição legal observa-se que o uso do credenciamento não se restringe à contratação de prestadores de serviços, pois é também seu objetivo a contratação de fornecedores de bens. Dessa forma, a nova legislação ampliou o alcance do uso do procedimento.

6.5. No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

6.6. Dessa forma, a Secretaria de Estado da Saúde poderá ampliar a base de prestadores elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas a prestar os serviços demandados, mitigando riscos associados à dependência excessiva de um único prestador de serviços. Além disso, o credenciamento oferece a vantagem de permitir que os prestadores credenciados sejam acionados de acordo com a necessidade e demanda, evitando atrasos e prejuízos à população atendida e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos na área da saúde.

6.7. Cabe ressaltar que será observado o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da nova lei, bem como o que estabelecem os artigos 6º, I; 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III. Estes dispositivos definem os procedimentos, critérios e objetivos que orientarão a condução do processo de credenciamento.

6.8. No âmbito Estadual, destaca-se o Decreto Estadual nº 20.096, de 11 de outubro de 2021, que dispõe sobre o credenciamento de fornecedores e prestadores de serviços para atendimento das demandas das unidades hospitalares e coordenações regionais de saúde, autoriza o repasse financeiro a diretores e coordenadores em vista do regime de transição da estrutura orçamentária da Secretaria de Estado de Saúde, e dá outras providências, conforme preconiza o art. 2º: "Considera-se credenciamento, para os fins deste Decreto, o processo administrativo de chamamento público em que a SESAPI convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto quando convocados".

6.9. Nesse sentido, a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.

6.10. Ante o exposto, considerando o objeto a ser contratado, o modelo de contratação pública baseada em credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para os interesses da Administração.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA CREDUS

7.1. Para a operacionalização do Credenciamento, será utilizado o sistema CREDUS, uma solução tecnológica que proporciona legalidade, celeridade, impessoalidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade às compras públicas.

7.2. As empresas habilitadas receberão *login* e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CREDUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

7.3. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação dos serviços a serem prestados no CREDUS, em conformidade com o Edital, e todas as empresas credenciadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelas Credenciadas, sendo de responsabilidade destas a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

7.4. As empresas habilitadas deverão ofertar suas propostas diretamente no sistema CREDUS, informando o quantitativo ofertado para cada item e aderindo ao preço estabelecido e padronizado no Edital.

7.4.1. A quantidade ofertada por item deve observar o quantitativo mínimo e máximo demandado em cada cotação.

7.4.2. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual as credenciadas cadastrarão e enviarão suas ofertas no CREDUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

7.4.3. As credenciadas deverão prestar os serviços de locação dos equipamentos constantes da planilha no ANEXO A deste Termo de Referência, quando convocadas a fazê-lo, considerando que os quantitativos previstos são estimados e serão distribuídos de acordo com a demanda, não sendo possível antecipar qual empresa atenderá aos serviços listados.

7.5. Por se tratar de Credenciamento na modalidade paralela e não excludente (art.79, I da Lei nº 14.133/2021), o sistema CREDUS irá utilizar os seguintes critérios objetivos para a distribuição da demanda:

7.5.1. 1º Maior capacidade de oferta, de acordo com o quantitativo global ofertado por cada empresa em suas propostas;

7.5.2. 2º Menor volume de contratos celebrados com a SESAPI, durante a vigência do mesmo Credenciamento; e,

7.5.3. 3º Ordem cronológica de credenciamento, aferida pela data e hora de recebimento da documentação, desde que ela esteja conforme.

7.6. Na fase de cotação, ocorrerá a avaliação das documentações técnicas dos equipamentos, bem como apresentação de catálogos e proposta de execução de serviço, será realizada a avaliação das documentações técnicas dos equipamentos, incluindo a análise de catálogos e da proposta de execução dos serviços, visando garantir a conformidade com os requisitos técnicos e operacionais.

7.7. Após o processamento da cotação, o CREDUS emitirá os contratos para aqueles credenciados que venceram a respectiva cotação.

7.8. Após a fase de cotação e o envio da documentação para avaliação, deverá ser realizada uma inspeção técnica nos equipamentos, a fim de verificar sua performance técnica em relação à proposta apresentada. Os documentos que podem ser solicitados incluem:

a) Catálogo com as especificações técnicas;

b) Proposta de execução com as especificações técnicas, marca, modelo;

c) Certificado de calibração válido (gerado por instrumentos calibrados);

d) Certificado de segurança elétrico válido (gerado por instrumentos calibrados).

7.8.1. Caso necessário, a equipe técnica da SESAPI poderá solicitar documentos adicionais para a inspeção técnica.

7.9. As contratadas exercerão o direito de preferência no momento da emissão da Ordem de Serviço, quando o CREDUS irá identificar os critérios de distribuição da demanda, de acordo com os itens 7.5.1 a 7.5.3, e elaborar as OS para os itens demandados em cada solicitação de prestação de serviços.

7.10. A credenciada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato/Termo de Credenciamento, contado a partir do momento da assinatura do Secretário de Estado da Saúde.

7.11. A convocação para a prestação dos serviços pela Contratada ocorrerá exclusivamente via CREDUS, mediante Ordem de Serviço.

7.12. Será obrigação da Contratada verificar diariamente as demandas recebidas.

7.13. Em caso de dúvida da Contratada quanto aos aspectos técnicos da Ordem de Serviço, esta deverá solicitar esclarecimento à Unidade Demandante antes da recusa, se for o caso.

7.14. A Contratada deverá verificar se as informações recebidas serão suficientes e compatíveis com o trabalho a ser realizado, solicitando à Unidade Demandante, quando necessário, formalmente, a complementação de documentação para prestação do serviço.

7.15. Unidade Demandante pode, a seu critério, visando agilizar o serviço, no caso de avaliação, encaminhar a documentação com as informações básicas e complementares sobre o imóvel, por e-mail ou em mãos ao Responsável da Contratada.

7.16. Havendo impedimento da Contratada em realizar o serviço, a recusa deverá ser formalizada à Unidade Demandante, com a devida justificativa, até o final do horário de atendimento ao público da Unidade Demandante.

7.17. Desde que devidamente justificado e a critério da Unidade Demandante, o prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os equipamentos médicos serão locados aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde vinculados a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

8.2. A prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência terá início imediatamente após a assinatura do Contrato e o devido recebimento da Ordem de Serviço.

8.3. A Contratada ficará obrigada a treinar os profissionais dos Estabelecimentos de Assistência à Saúde (EAS) beneficiários desta contratação, utilizando todos os componentes dos equipamentos em cessão, e deverá oferecer um nível de conhecimento e profundidade equivalentes àquele fornecido aos próprios Fisioterapeutas, Enfermeiros, Médicos, Técnicos e Engenheiros da Contratada. O treinamento técnico consistirá em:

I - Uma parte teórica, com detalhamento técnico dos equipamentos bem como rotinas de teste e modos de manuseio do mesmo;

II - Uma parte prática a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos a suas prováveis soluções.

8.4. O treinamento deverá ser realizado dentro das dependências do EAS, beneficiário desta contratação, em data e turno a ser definida juntamente com a equipe técnica, data esta que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar do recebimento dos equipamentos pela contratante.

8.5. Fica a Contratada responsável por vícios, defeitos de fabricação ou desgaste anormal das peças e acessórios locados, pelo prazo da vigência do contrato, obrigando-se a reparar o dano e substituir os equipamentos e acessórios defeituosos, sem nenhum ônus à contratante, sem limites de troca.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços executados.

8.7. Definições dos serviços

8.7.1. **Atendimento Técnico** é a presença, no local de utilização dos equipamentos locados, de técnico da Contratada ou de seus prepostos;

8.7.2. **Chamado Técnico** é a solicitação feita pela Contratante ou por seu preposto, através de telefone ou de outra forma acordada com a Contratada, para a realização de um Atendimento Técnico;

8.7.3. **Consulta Técnica** é qualquer contato feito através de telefone ou rede de computadores, para consulta, esclarecimento ou orientação;

8.7.4. **Prestadora de Serviços** é a própria contratada ou uma empresa legalmente constituída, por ela contratada, especializada na prestação de serviços de assistência técnica e/ou montagem/integração de equipamentos;

8.7.5. **Help-Desk** é uma instalação da Contratada capaz de atender imediatamente (online) consultas e chamados técnicos por telefone, obrigatoriamente ou rede de computadores, alternativamente, que deve estar disponível todos os dias úteis de 08h00min às 18h00min;

8.7.6. **Horário de Assistência Técnica** é o período das 08h00min às 18h00min, de acordo com o horário de atendimento dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI/PI, durante o qual um serviço está disponível para o público, de domingo a domingo;

8.7.7. **Manutenção Corretiva** é o conjunto de ações realizadas para recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo substituições de peças, ajustes e reparos;

8.7.8. **Preposto da Contratada** é um representante da Contratada, devidamente constituído, com poderes para executar qualquer tipo de serviço técnico ou tomar decisões de caráter administrativo em relação à garantia do objeto desta contratação.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

9.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão atender aos padrões de qualidade e segurança exigidos para uso em ambiente hospitalar, considerando as normas técnicas e regulamentos nacionais aplicáveis, em especial as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

9.2. Todos os equipamentos médico-hospitalares locados devem possuir registro atualizado no órgão competente, documentação técnica completa, e **não podem exceder 5 (cinco) anos de fabricação** no momento da locação. Essa exigência visa garantir a confiabilidade, segurança e desempenho dos equipamentos para uso hospitalar.

9.3. Todos os equipamentos locados deverão possuir registro no órgão competente, documentação técnica completa e serão submetidos a uma avaliação de conformidade pela equipe responsável da SESAPI antes de sua entrega e instalação nos Estabelecimentos de Assistência à Saúde (EAS) atendidos pela Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. A entrega dos equipamentos deverá incluir ainda um treinamento inicial para os profissionais da saúde, a fim de assegurar a correta utilização dos mesmos, conforme os critérios de operação segura e eficiente estabelecidos pela SESAPI.

10. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação/credenciamento, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- Habilitação Jurídica;
- Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação Econômico-Financeira;
- Qualificação Técnica.

10.2. Habilitação Jurídica

10.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.6. Os documentos previstos nos subitens 10.2.1 a 10.2.5, conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- 10.3. Apresentar, ainda, a seguinte documentação:
- a) Alvará ou licença Sanitária Estadual ou Municipal;
 - b) Registro ou inscrição da empresa nos órgãos de controle e fiscalização do exercício da atividade profissional.
- 10.4. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**
- 10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.4.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;
- 10.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 10.4.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.5. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 10.5.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 10.5.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º - Lei 14.133/2021).
- 10.5.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).
- 10.6. **Qualificação Técnica**
- 10.6.1. Indicação do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelo cumprimento do objeto deste credenciamento, comprovando ser integrante(s) do quadro permanente da CREDENCIADA, detentor(es) de Atestado(s) de Capacidade Técnica, compatível(is) em características com o objeto deste credenciamento.
- 10.6.2. Atestado de capacidade técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove a aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto do credenciamento em nome da empresa.
- 10.6.3. Registro do treinamento técnico de manutenção dos equipamentos dos itens especificados neste Termo de Referência.
- 10.6.4. Diploma e registro do responsável(eis) técnico(s) da empresa no Conselho profissional da categoria. (CREA OU CFT vinculado à empresa)
11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Atestar o recebimento do serviço prestado, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os serviços que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação à CONTRATADA.
- 11.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.
- 11.6. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial dos serviços especificados neste Termo de Referência.
- 11.7. Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais.
- 11.8. Atestar o recebimento dos serviços entregues, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os serviços que não estejam de acordo com as exigências expostas neste instrumento, por meio de notificação à Contratada.
- 11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.
- 11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à contratante, decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.2. A Contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, fornecer uma relação detalhada contendo o número de série e a data de fabricação de todos os equipamentos a serem locados. Essas informações deverão ser utilizadas para controle, conferência e viabilização do pagamento.
- 12.3. Fornecer cópia dos certificados de calibração e ensaio de segurança elétrica, quando aplicável.
- 12.4. Fornecer cópia do registro dos equipamentos na Anvisa.
- 12.5. Fornecer cópia do registro do treinamento técnico de manutenção dos equipamentos locados, comprovando que há capacidade técnica em consertar.
- 12.6. Apresentar vínculo com o Responsável técnico através de documentos emitidos pelo CFT ou CREA.
- 12.7. Colocar à disposição do contratante, os meios necessários à comprovação da qualidade dos equipamentos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
- 12.8. Ofertar treinamento as equipes do Estabelecimento de Assistência à Saúde, beneficiário da contratação, com o propósito de capacitar os colaboradores deste estabelecimento no uso dos equipamentos.
- 12.9. Em caso de manutenção do item locado, responsabilizar-se pela troca do(s) equipamento(s) defeituoso, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do comunicado de falha do equipamento, realizado pelo Estabelecimento Assistencial de Saúde, sem qualquer ônus à contratante.

- 12.10. Responsabilizar-se pela locação dos Equipamentos, assim como suas manutenções - preventiva e corretiva -, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento.
- 12.11. A Contratada deverá fornecer equipamento(s) reserva(s) em quantidade proporcional à existente no Estabelecimento Assistencial de Saúde, visando repor o(s) equipamento(s) em manutenção.
- 12.12. Restabelecer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços executados de forma inadequada ou que não atenda às expectativas razoáveis e que não cumpra com os padrões de qualidade pactuados.
- 12.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203, de 2010.
- 12.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.º 5/2017.
- 12.15. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 12.16. Comunicar ao Fiscal do CONTRATO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.19. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- 12.20. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CREDENCIADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei n.º 13.146, de 2015.
- 12.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme o art. 116, da Lei 14.133/2021.
- 12.22. Assumir todas as obrigações legais inerentes ao contrato, sendo de sua responsabilidade exclusiva todos os impostos, taxas, obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias, seguros de acidentes pessoais, adicionais de insalubridade, periculosidade, adicionais e quaisquer outras despesas de natureza operacional, trabalhista e fiscal decorrentes, isentando a CREDENCIADA de quaisquer reclamações trabalhistas posteriores e relacionadas à equipe de profissionais.
- 12.23. Designar por escrito, no ato do recebimento da Ordem de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 12.24. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 12.25. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da CONTRATANTE, a que a CONTRATADA tiver conhecimento.
- 12.26. A Contratada é responsável pela indenização de danos decorrentes de falhas nas peças técnicas relacionadas aos serviços prestados.
- 12.27. Arcar com a responsabilidade civil, por todos e quaisquer danos materiais e pessoais, causados por culpa, dolo, negligência ou imprudência decorrentes de incapacidade técnica e operacional do seu quadro técnico profissional.
- 12.28. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, Lei nº 14.133/2021.
- 12.29. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, prestando os serviços demandados, cuja quantidade e qualidade deverão atender aos requisitos de qualidade técnica esperados e legislação aplicável.
- 12.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 12.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 12.32. Manter seus dados cadastrais atualizados no CREDISUS e responsabilizar-se integralmente pelas credenciais de acesso ao sistema.

13. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1. O prazo de entrega dos equipamentos locados é de 30 (trinta) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Serviços, em remessa única com base no quantitativo especificado na respectiva Ordem de Serviços.
- 13.2. A CONTRATADA deverá entregar os itens diretamente nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), respeitando os prazos, condições e especificações descritos neste Termo de Referência. A empresa contratada será responsável pelo transporte, desembarque, instalação e testes funcionais dos equipamentos, com acompanhamento técnico da equipe da SESAPI. Os dias e horários das entregas dar-se-ão conforme a especificidade de cada EAS, no horário em que este definir.
- 13.3. Fica a CONTRATADA obrigada a garantir a prestação de assistência técnica permanente ao aparelho locado, sem ônus adicional para o Estabelecimento de Assistência à Saúde (EAS), beneficiário desta contratação.
- 13.4. Fica a contratada responsável por vícios, defeitos de fabricação ou desgaste anormal das peças e acessórios locados, pelo prazo da vigência do contrato, obrigando-se a reparar o dano e substituir os equipamentos e acessórios defeituosos, sem nenhum ônus à contratante, sem limites de troca.
- 13.5. A aceitação dos serviços ocorrerá após verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas definidas e com a realização de testes de desempenho, que assegurem seu perfeito funcionamento. Após a instalação, será elaborado um relatório técnico de recebimento pela equipe de fiscalização da SESAPI, indicando a adequação dos itens entregues e a funcionalidade dos equipamentos instalados.
- 13.6. Em caso de irregularidades ou não conformidade com os padrões exigidos, a empresa será notificada para proceder às adequações necessárias dentro de um prazo estipulado. Somente após a resolução das pendências e aprovação final pela equipe técnica responsável, os serviços serão considerados aceitos e liberados para uso nas unidades de saúde.

14. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

14.1. O prazo de reparo é o período, em dias úteis, transcorrido entre o Chamado Técnico e o efetivo restabelecimento do funcionamento ou substituição do equipamento, isto é, o prazo no qual a Contratada compromete-se a restabelecer o funcionamento dos equipamentos que forneceu nas condições estabelecidas neste instrumento e no contrato, ou substituí-los.

14.2. O recebimento do Chamado Técnico por preposto da Contratada implica no início da contagem do prazo de reparo ou substituição, caso necessário.

14.3. O prazo de reparo ou substituição do equipamento não poderá exceder 7 (sete) dias úteis (em caso excepcional, a contratante poderá arbitrar sobre a prorrogação do prazo) a partir do recebimento do Chamado Técnico, sob pena de aplicação de sanções previstas no contrato, caso o prazo seja ultrapassado.

14.4. Os Chamados Técnicos devem ser precedidos de tentativa de diagnóstico por intermédio de consulta aos técnicos especialistas dos fornecedores.

14.5. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um relatório detalhado cuja cópia ficará à disposição da Contratante, pelo prazo de vigência do Contrato, do qual conste, no mínimo:

- a) Local para o qual a assistência técnica foi acionada;
- b) Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as assinaturas de todos;
- c) Descrição do(s) equipamento(s) envolvido(s), inclusive com modelo, número de série e outros códigos identificadores;
- d) Descrição da(s) anormalidade(s) observada(s);
- e) Providências tomadas e reparos efetuados;
- f) Confirmação da recolocação do lacre por parte do técnico do atendimento, devidamente assinada pelo responsável pelos equipamentos;
- g) O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

14.6. Mensalmente deverá ser fornecido, à Contratante, um arquivo eletrônico com todos os chamados técnicos realizados no período, juntamente com um relatório analítico (com as informações citadas acima) e sintético (estatística por tipo de atendimento e relação de pendências) pelo Estabelecimento de Assistência à Saúde (EAS), beneficiário desta contratação, demonstrando os Atendimentos Técnicos, impresso e em mídia magnética, em formato a ser acordado entre as partes.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A Contratação pelo período previsto na respectiva cotação executada via CRED SUS, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e artigo 106, caput da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.

15.2. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da Contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

16. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

16.1. O Credenciamento estará vigente até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

16.2. Enquanto estiver vigente o credenciamento, fica permitido o cadastramento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas, em conformidade com inciso I, § único do artigo 79 da lei nº 14.133/2021.

16.3. A revogação deste credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando -se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

17. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Será realizado o acompanhamento da execução dos contratos por meio de comissão de fiscais instituída pela Portaria SESAPI nº 4.303, de 19 de julho de 2023, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. A comissão de fiscais anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

17.3. A comissão de fiscais informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

18. ALTERAÇÃO DE DADOS DA CREDENCIADA

18.1. Quaisquer alterações ocorridas em informações prestadas pela credenciada à SESAPI, como telefone, e-mail e conta corrente, bem como endereço de sua sede ou site na Internet, deverão ser, imediatamente, comunicadas formalmente à Unidade Demandante para que seja possível a sua atualização.

18.2. A solicitação de alteração de endereço deverá vir acompanhada do aditivo ao Contrato Social da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial.

18.3. A credenciada poderá solicitar alteração, no caso de possuir mais de um representante legal, do nome indicado na convocação para prestação de serviços.

18.4. Será obrigação da Credenciada verificar diariamente as mensagens recebidas via Internet, que é uma das comunicações previstas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A Contratada deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês subsequente à documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

19.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

19.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.10. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.11. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal acompanhada de:

19.11.1. Relatório detalhado contendo o valor do aluguel de cada equipamento, especificando o número de série e a data de fabricação;

19.11.2. A somatória total dos valores, validada e atestada pela engenharia clínica competente.

19.12. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços, à regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, e ao relatório de valor de cada aluguel, com base no número de série e a data de fabricação dos equipamentos locados, apresentando o somatório total no final, devidamente atestado pela setor de engenharia clínica e fiscal do contrato.

20. DO DESCREDENCIAMENTO

20.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

20.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato.

20.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

a) Não atendimento à convocação para fornecimento;

b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

20.4. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI através do presente Credenciamento pelo prazo de 1(um) a 12 (doze) meses, conforme a gravidade do fato, podendo ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

20.5. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

20.6. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos CREDENCIADOS, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

20.7. O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

20.8. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto do Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A contratada que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

21.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento.

21.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

21.1.2.2. Na hipótese de a contratada não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

21.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Dar causa à inexecução total do contrato;

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) Não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;

e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado.

21.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

21.1.5. É admitida a reabilitação da credenciada perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.1.6. Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

21.1.7. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, a contratada, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

21.1.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

21.1.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.1.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.1.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Edital.

22.2. A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretária de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão através de Dotação Orçamentária provenientes da fonte **500/600**.

(Assinado e datado eletronicamente)

Dirceu Hamilton Cordeiro Campelo

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Após análise do Termo de Referência relativo ao Credenciamento para Contratação de **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS**, para atender as demandas dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, conforme especificações, quantidades, demandadas e condições estabelecidas neste instrumento, com fundamento no Art. 79, inciso I, da lei Federal 14.133/21 e demais legislações pertinentes à espécie, APROVO.

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI



Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU HAMILTON CORDEIRO CAMPÊLO** - Matr.0371701-1, Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade, em 21/02/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS** - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde, em 24/02/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **016774999** e o código CRC **D15867CE**.

ANEXO II - MODELO DE HABILITAÇÃO

Processo nº 00012.023775/2024-08

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025-CPC/SESAPI-PI

Eu (nome completo), RG nº _____, representante credenciado da (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX – CPC/SESAPI-PI e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização dos serviços ali contidos. DECLARO, ainda, que a (nome da instituição) cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no edital supracitado, realizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame. DECLARA AINDA, para os fins requeridos no inciso IV, artigo 14º da Lei nº. 14.133/2021 que não tem em seu quadro de pessoal, empregados que tenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro, em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau.

Local e data,.

Representante Legal

RG e CPF

(Carimbo CNPJ da Instituição)

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO SEI Nº 00012.023775/2024-08

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025-CPC/SESAPI-PI

A empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ / Estado _____, CEP _____, inscrita no CNPJ _____, vem solicitar seu **Credenciamento** nos termos do Edital informando desde já os dados a seguir.

Dados da Instituição:

Nome: _____

Telefone: (____) _____

Correio Eletrônico: _____

Banco: _____

Agência: _____

Conta-Corrente: _____

_____, _____ de _____ de _____
(Cidade) (dia) (mês)

Assinatura
(nome e carimbo do representante legal da empresa)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

PROCESSO SEI Nº 00012.023775/2024-08

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025-CPC/SESAPI-PI

(nome da instituição), inscrito(a) no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, **Declara**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133 de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data: _____ - _____, _____ de _____.

Representante Legal
RG e CPF
(Carimbo CNPJ da Instituição)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO SEI Nº 00012.023775/2024-08

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025-CPC/SESAPI-PI

A Proponente, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e em cumprimento ao Edital do CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX-CPC/SESAPI-PI e visando ao credenciamento junto a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí de Pessoa Jurídica, especializada(s) na **Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos Médicos Hospitalares**, em conformidade com os valores determinados por esta Secretaria (conforme anexo A do Termo de Referência). DECLARA por meio de seu representante legal, sob pena da lei, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participar de licitação ou impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

Local e data;

Representante Legal

RG e CPF

(Carimbo CNPJ da Instituição)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES DA TABELA DE PREÇOS SESAPI

PROCESSO SEI Nº 00012.064327/2024-56
CREDENCIAMENTO Nº XXX/2025-CPC/SESAPI-PI

Declaro, para fins de participação no Processo de Credenciamento nº ____/____, que a(o) ____ (razão social da empresa/entidade interessada), está de acordo com os preços estabelecidos pela Administração Pública (ANEXO A do Termo de Referência) e com os critérios de reajustes estabelecidos no Edital.

____ de _____ de 202__

Assinatura
(nome e carimbo do representante legal da Empresa)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

ANEXO VII
MATRIZ DE RISCOS - SESAPI-PI/GAB/APC TERESINA/PI, 13 DE MARÇO DE 2025.

Processo nº 00012.023775/2024-08

OBJETO DA CONTRATAÇÃO
Credenciamento de pessoas jurídicas para Prestação de Serviços em Locação de Equipamentos Médico-Hospitalares para apoio na realização de procedimentos eletivos e de urgência, incluindo a disponibilização de aparelhos e insumos necessários, para atender as necessidades dos Estabelecimentos de Assistência à Saúde

DEFINIÇÕES

- a) Matriz de Riscos: A matriz de risco é uma ferramenta utilizada para avaliar a probabilidade de um evento acontecer e quais seriam os impactos (consequências), ou seja, de que forma ele afetaria o ambiente de trabalho.
- b) Risco: evento que pode acontecer e que quando for negativo pode ser evitado ou contornado quando previsto.
- c) Probabilidade: perspectiva para que algo venha a acontecer. Possibilidade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
PROBABILIDADE	
ESCALA	DESCRIÇÃO
1 - Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.
2 - Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.
3 - Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade

MATRIZ DE RISCO

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	ALOCÇÃO DO RISCO	
Modificação das especificações de serviço	Administração poderá modificar especificações de serviço ou ampliar os serviços.	MÉDIA	CREDENCIANTE	Avaliar o impacto das alterações nos custos, prazos e qualidade
Atraso na entrega dos equipamentos	A empresa credenciada poderá não realizar a entrega dos equipamentos contratados nos prazos estipulados, afetando o funcionamento dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.	MÉDIA	CREDENCIADO	Estabelecer penalidades em cronogramas, e realizar
Falha no treinamento dos profissionais	O treinamento dos profissionais dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde é essencial para o uso correto dos equipamentos. Falhas no treinamento podem levar a uso inadequado e danos aos equipamentos.	MÉDIA	CREDENCIADO	Garantir que o treinamento dos profissionais seja adequado
Defeitos ou falhas nos equipamentos	Equipamentos podem apresentar defeitos de fabricação ou desgaste anormal, o que pode comprometer os procedimentos médicos.	MÉDIA	CREDENCIADO	Estabelecer no contrato cláusulas de garantia e manutenção constante do desempenho
Custos adicionais imprevistos	Custos adicionais podem surgir devido a manutenções frequentes, substituições de equipamentos ou necessidade de treinamentos extras.	ALTA	CREDENCIANTE	Estabelecer um orçamento detalhado no contrato, com revisões

Falta de equipamentos reservas	A falta de equipamentos reservas pode comprometer a continuidade dos serviços em caso de falha ou manutenção dos equipamentos principais.	MÉDIA	CREDENCIADO	Incluir no contrato a quantidade proporcion
Inadequação nas calibrações e qualificações	Serviços de calibração e qualificação não atendem às exigências técnicas ou normativas.	MÉDIA	CREDENCIADO	Certificar-se de que a realizar auditorias e fisc
Risco de Sobrecarga Operacional	Falta de capacidade operacional para atender todas as demandas dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, especialmente em períodos críticos.	MÉDIA	CREDENCIADO	Estabelecer no contrat dos equipamentos. Mo de relatórios periódi contratada por falhas n
Risco de Comunicação Deficiente	Falhas na comunicação entre SESAPI e o credenciado, dificultando o acompanhamento dos serviços e a resolução de problemas.	MÉDIA	CREDENCIANTE	Garantir resposta rápida critérios claros de c documentos.
			CREDENCIADO	Implantar rotina de comunicação direto cc dedicado.
Falta de peças e insumos críticos	A indisponibilidade de peças ou insumos pode levar à paralisação de equipamentos médico-hospitalares essenciais.	ALTA	CREDENCIANTE	Autorizar compras eme
			CREDENCIADO	Garantir estoque mínir
Rescisão Unilateral do Contrato	A rescisão unilateral do contrato por parte da Credenciante ou da empresa credenciada pode ocorrer devido a descumprimento de cláusulas contratuais, falhas na execução do serviço, ou mudanças nas prioridades da administração pública. Isso pode causar interrupção no fornecimento de equipamentos e impactar os serviços de saúde	MÉDIA	CREDENCIANTE	Incluir cláusula especifi os critérios para reemb
			CREDENCIADO	Incluir cláusulas contra justificativa válida. Exig custos em caso de res para substituição imed continuidade dos servi credenciado de quaisq da rescisão contratual p

(Assinado e datado eletronicamente)

Alexandre Farias Chaves

Assessor de Gabinete/ SESAPI

Aprovo:

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FARIAS CHAVES - Matr.01972936, Assessor de Gabinete**, em 17/03/2025, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 17/03/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **017090495** e o código CRC **AA69FC0D**.

Referência: Processo nº 00012.023775/2024-08

SEI nº 017090495

Referência: Processo nº 00012.023775/2024-08

SEI nº 017355321